

ALCOA ALUMÍNIO S.A. - CNPJ: 23.637.697/0001-01											
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma											
(d) Negócios em conjunto <p>Negócios em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os negócios em conjunto são classificados como operações em conjunto (<i>joint operations</i>) ou empreendimentos controlados em conjunto (<i>joint ventures</i>) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.</p>	2.9. Ativos intangíveis <p>(a) Softwares As licenças de <i>software</i> adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os <i>softwares</i> e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de três a dez anos.</p> <p>Os custos associados à manutenção de <i>softwares</i> são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de <i>software</i> identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis sob condições seguintes: critérios dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o reconhecimento vier concluído o <i>software</i> para que ele esteja disponível para uso.</p> <ul style="list-style-type: none">• E tecnicamente viável concluir o <i>software</i> e usá-lo ou vendê-lo.• A administração pretende concluir o <i>software</i> e usá-lo ou vendê-lo.• O <i>software</i> pode ser vendido ou usado.• Pode-se demonstrar que é provável que o <i>software</i> gerará benefícios econômicos futuros. <p>• Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o <i>software</i>.</p> <p>• O custo atribuído ao <i>software</i> durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.</p> <p>Os gastos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de <i>software</i>, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de <i>softwares</i> e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do <i>software</i>.</p> <p>Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.</p> <p>Os custos de desenvolvimento de <i>softwares</i> reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.</p>										
(e) Combinação de negócios sob controle comum <p>A combinação de negócios envolvendo entidades sob controle comum ainda não foi abordada especificamente pelo CPC 15 (R1) - "Combinação de negócios". Este pronunciamento que se aplica a combinações de negócios, porém explicitamente exclui do seu escopo as combinações de negócios entre entidades sob controle comum, de forma que, na avaliação de transações de tal natureza, cada julgamento da Administração para refletir adequadamente a essência e realidade econômica de cada transação. A Companhia utiliza como prática contábil o método de aquisição, reconhecendo e mensurando os ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos e das participações societárias de não controladores, conforme detalhado na nota explicativa 12.</p>	2.10. Imobilizado <p>Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Tal custo inclui todos os gastos necessários à formação do ativo imobilizado, o qual pode conter eventuais encargos de natureza financeira necessários para viabilizar a aquisição dos ativos.</p> <p>Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.</p> <p>A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:</p> <table border="1"><thead><tr><th>Anos</th><th></th></tr></thead><tbody><tr><td>3 a 68</td><td>Edificações e benfeitorias</td></tr><tr><td>2 a 40</td><td>Equipamentos e instalações</td></tr><tr><td>2 a 40</td><td>Veículos</td></tr><tr><td>4 a 40</td><td>Móveis e utensílios</td></tr></tbody></table> <p>Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, caso seja apropriado, ao final de cada exercício.</p>	Anos		3 a 68	Edificações e benfeitorias	2 a 40	Equipamentos e instalações	2 a 40	Veículos	4 a 40	Móveis e utensílios
Anos											
3 a 68	Edificações e benfeitorias										
2 a 40	Equipamentos e instalações										
2 a 40	Veículos										
4 a 40	Móveis e utensílios										
2.3. Conversão de moeda estrangeira <p>(a) Moeda funcional e moeda de apresentação Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual ela atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia e de todas as suas investidas.</p> <p>(b) Transações e saldos As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificados como <i>hedge accounting</i> e, portanto, diferidos no patrimônio como operações de <i>hedge</i> de fluxo de caixa e operações de <i>hedge</i> de investimento líquido.</p> <p>Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com os saldos de contas a receber, contas a pagar e de instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos como "Resultado Financeiro".</p> <p>Os demais ganhos e perdas cambiais representados principalmente pelo caixa e equivalentes de caixa e amortizados e não demonstrados como "Variações monetárias e cambiais, líquidas".</p>	2.11. Imobilizado <p>Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Tal custo inclui todos os gastos necessários à formação do ativo imobilizado, o qual pode conter eventuais encargos de natureza financeira necessários para viabilizar a aquisição dos ativos.</p> <p>Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.</p> <p>A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:</p> <table border="1"><thead><tr><th>Anos</th><th></th></tr></thead><tbody><tr><td>3 a 68</td><td>Edificações e benfeitorias</td></tr><tr><td>2 a 40</td><td>Equipamentos e instalações</td></tr><tr><td>2 a 40</td><td>Veículos</td></tr><tr><td>4 a 40</td><td>Móveis e utensílios</td></tr></tbody></table> <p>Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, caso seja apropriado, ao final de cada exercício.</p>	Anos		3 a 68	Edificações e benfeitorias	2 a 40	Equipamentos e instalações	2 a 40	Veículos	4 a 40	Móveis e utensílios
Anos											
3 a 68	Edificações e benfeitorias										
2 a 40	Equipamentos e instalações										
2 a 40	Veículos										
4 a 40	Móveis e utensílios										
2.4. Caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito e aplicações financeiras vinculadas <p>O saldo de caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se de saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata em montantes sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. São classificados como instrumentos financeiros destinados à negociação e estão registrados ao valor justo do instrumento financeiro. O saldo de caixa restrito refere-se a um investimento em certificado de depósito bancário (CDB) mantido como forma de garantia referente ao processo de liquidação financeira das operações de compra e venda de energia elétrica e com prazo de vencimento em 12 meses.</p> <p>A Companhia também possui uma aplicação financeira vinculada, a qual não possui liquidez imediata e está classificada no longo prazo, conforme nota 6.</p>	2.12. Contas a pagar aos fornecedores <p>As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos dos fornecedores e mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar o pagamento <i>for devido</i> no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. A Companhia não realiza operações de risco sacado.</p> <p>Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.</p>										
2.5. Instrumentos financeiros e contabilização de derivativos <p>Classificação e Mensuração A Companhia utiliza instrumentos financeiros para implementar sua estratégia e políticas de gerenciamento de risco. Derivativos são geralmente usados para mitigar o impacto de moedas estrangeiras, taxas de juros, preços de ações e preços de commodities.</p> <p>Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um conta a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.</p> <p>No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado.</p> <p>Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de mensuração para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.</p> <p>As classificações dos ativos financeiros são as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none">• Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com ganhos ou perdas revertidos para lucros ou perdas no desreconhecimento. Os ativos financeiros nesta categoria são os instrumentos de dívida cotados que são mantidos dentro de um modelo de negócios para coletar fluxos de caixa e vender.• Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem remuneração de ganhos ou perdas no resultado no desreconhecimento. Esta categoria inclui apenas os instrumentos de capital próprio, os quais pretende-se reter no futuro previsível e que são elegíveis irrevogavelmente para classificar no reconhecimento inicial ou transição. Esses instrumentos não estão sujeitos a teste de <i>impairment</i>.• Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos derivativos e instrumentos patrimoniais não classificados, no reconhecimento inicial ou transição, para classificar ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Essa categoria inclui também os instrumentos de dívida cujas características de fluxos de caixa não são mantidas dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja coletar fluxos de caixa contratuais ou coletar fluxos de caixa contratuais e vender.	2.13. Provisões <p>As provisões para restauração e reabilitação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (<i>constructive obligation</i>) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.</p> <p>Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquida-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.</p> <p>As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.</p>										
2.6. Ativos e passivos financeiros <p>Os instrumentos financeiros derivativos que, embora contratados com objetivo de proteção, não atendem a todos os critérios para aplicação de contabilização de <i>hedge</i> e são reconhecidos pelo valor justo no resultado do exercício.</p> <p>Instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. O valor justo é o valor no qual um ativo pode ser realizado e um passivo liquidado, entre partes conhecedoras das características daquelas instrumentos financeiros e dispostas a negociá-los, em condições normais de mercado. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos pode ser obtido a partir de cotações de mercado ou a partir de modelos de precificação que consideram as taxas correntes de mercado, e também, a qualidade de crédito da contraparte.</p> <p>Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros derivativos são remensurados pelo seu valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações no valor justo do instrumento financeiro derivativo são reconhecidas no resultado do exercício, exceto quando estes são instrumentos de <i>hedge</i> de fluxo de caixa ou <i>hedge</i> de investimento líquido, em que as parcelas dos ganhos ou das perdas no instrumento de <i>hedge</i> que for determinado como <i>hedge</i> efetivo, são reconhecidas no resultado do abrangente. O instrumento designado de <i>hedge</i> é o elemento efetivo à vista do contrato a termo, em que somente a alteração no valor do elemento à vista do contrato a termo é reconhecida no resultado abrangente. O elemento a termo, que pode ser separado e excluído da designação do instrumento financeiro como instrumento de <i>hedge</i> é reconhecido no resultado financeiro, de acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros.</p> <p>O <i>hedge</i> de fluxo de caixa é aplicável para proteger a exposição dos fluxos de caixa de um ativo ou passivo registrado do risco de moeda estrangeira e de oscilações de preços em commodities, associadas a uma transação de realização altamente provável, a parcela efetiva de qualquer resultado (ganho ou perda) com o instrumento financeiro derivativo é reconhecida diretamente no resultado abrangente (reservas de <i>hedge</i> de fluxo de caixa) e deve ser reclassificada da reserva de <i>hedge</i> de fluxo de caixa para a mesma rubrica e no mesmo período os quais os fluxos de caixa futuros esperados protegidos impactaram. A parcela inefetiva de qualquer ganho ou perda é reconhecida imediatamente na demonstração de resultados do exercício no resultado financeiro.</p> <p>Quando um instrumento de <i>hedge</i> ou uma relação de <i>hedge</i> são exintotes, mas ainda se espera que a transação protegida ocorrerá, os ganhos e perdas acumulados (até aquele ponto) permanecem no resultado abrangente, sendo reclassificados de acordo com a prática acima, quando a transação de proteção ocorrer. Não havendo mais probabilidade de ocorrência da transação de proteção, os ganhos ou perdas acumulados e reconhecidos no resultado abrangente são reclassificados imediatamente para a demonstração de resultados.</p>	2.14. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido <p>As despesas de imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos corrente e diferido.</p> <p>Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. As despesas de imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.</p> <p>O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se remanecer o reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto vigentes na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.</p> <p>O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que o lucro tributável futuro esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço sempre que relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.</p> <p>A Companhia e sua controlada AWA Brasil, gozam de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na comercialização de produtos produzidos nas unidades do Maranhão e, especificamente no que diz respeito à AWA Brasil, também na unidade de Juruti, os quais são condicionados à constituição de reserva de incentivo fiscal por montante equivalente. Esses incentivos foram concedidos pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e consistem na redução do imposto de renda sobre resultados apurados no período de, individualmente, até o ano base de 2027 e, no caso da mina de bauxita de Juruti, ativo integrante da AWA Brasil, até 2026. Em 2018, a Companhia obteve a extensão do prazo de usufruir do incentivo fiscal da unidade produtora de alumina no Maranhão, de 2022 para 2027, em decorrência de investimentos realizados em projetos de expansão na fábrica.</p>										
2.7. Desreconhecimento de ativos financeiros <p>Os instrumentos financeiros derivativos que, embora contratados com objetivo de proteção, não atendem a todos os critérios para aplicação de contabilização de <i>hedge</i> e são reconhecidos pelo valor justo no resultado do exercício.</p> <p>Instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. O valor justo é o valor no qual um ativo pode ser realizado e um passivo liquidado, entre partes conhecedoras das características daquelas instrumentos financeiros e dispostas a negociá-los, em condições normais de mercado. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos pode ser obtido a partir de cotações de mercado ou a partir de modelos de precificação que consideram as taxas correntes de mercado, e também, a qualidade de crédito da contraparte.</p> <p>Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros derivativos são remensurados pelo seu valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações no valor justo do instrumento financeiro derivativo são reconhecidas no resultado do exercício, exceto quando estes são instrumentos de <i>hedge</i> de fluxo de caixa ou <i>hedge</i> de investimento líquido, em que as parcelas dos ganhos ou das perdas no instrumento de <i>hedge</i> que for determinado como <i>hedge</i> efetivo, são reconhecidas no resultado do abrangente. O instrumento designado de <i>hedge</i> é o elemento efetivo à vista do contrato a termo, em que somente a alteração no valor do elemento à vista do contrato a termo é reconhecida no resultado abrangente. O elemento a termo, que pode ser separado e excluído da designação do instrumento financeiro como instrumento de <i>hedge</i> é reconhecido no resultado financeiro, de acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros.</p> <p>O <i>hedge</i> de fluxo de caixa é aplicável para proteger a exposição dos fluxos de caixa de um ativo ou passivo registrado do risco de moeda estrangeira e de oscilações de preços em commodities, associadas a uma transação de realização altamente provável, a parcela efetiva de qualquer resultado (ganho ou perda) com o instrumento financeiro derivativo é reconhecida diretamente no resultado abrangente (reservas de <i>hedge</i> de fluxo de caixa) e deve ser reclassificada da reserva de <i>hedge</i> de fluxo de caixa para a mesma rubrica e no mesmo período os quais os fluxos de caixa futuros esperados protegidos impactaram. A parcela inefetiva de qualquer ganho ou perda é reconhecida imediatamente na demonstração de resultados do exercício no resultado financeiro.</p> <p>Quando um instrumento de <i>hedge</i> ou uma relação de <i>hedge</i> são exintotes, mas ainda se espera que a transação protegida ocorrerá, os ganhos e perdas acumulados (até aquele ponto) permanecem no resultado abrangente, sendo reclassificados de acordo com a prática acima, quando a transação de proteção ocorrer. Não havendo mais probabilidade de ocorrência da transação de proteção, os ganhos ou perdas acumulados e reconhecidos no resultado abrangente são reclassificados imediatamente para a demonstração de resultados.</p>	2.15. Benefícios a empregados <p>(a) Obrigações de aposentadoria A Companhia patrocina um plano de pensão de contribuição definida para seus funcionários, e realiza os pagamentos de contribuições a planos de pensão de administração pública ou privada em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.</p> <p>Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade terceira e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o plano no período corrente e anterior.</p> <p>O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros consistentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.</p> <p>Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem.</p>										
2.8. Estoques <p>Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método do custo médio de avaliação dos estoques. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.</p>	(b) Outras obrigações pós-emprego Algumas empresas do Grupo oferecem benefícios de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e à conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados e registradas contabilmente se relevantes. <p>Prêmio de opção de ações A controladora da Companhia, Alcoa Corporation, outorgou opções de compra de suas ações de emissão própria a parte dos empregados, diretores e executivos da Companhia, as quais somente poderão ser exercidas após prazos específicos de carência.</p> <p>O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa, durante o período no qual o direito adquirido, período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. A contrapartida é registrada a crédito na "Reserva de capital prêmio de opção de ações". Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos provavelmente serão adquiridos com base nas condições. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, caso ocorra, na demonstração do resultado, em contrapartida à reserva de capital, prospectivamente.</p> <p>Os custos incrementalmente diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.</p>										
2.9. Ativos intangíveis <p>(a) Softwares As licenças de <i>software</i> adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os <i>softwares</i> e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de três a dez anos.</p> <p>Os custos associados à manutenção de <i>softwares</i> são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de <i>software</i> identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis sob condições seguintes: critérios dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o reconhecimento vier concluído o <i>software</i> para que ele esteja disponível para uso.</p> <ul style="list-style-type: none">• E tecnicamente viável concluir o <i>software</i> e usá-lo ou vendê-lo.• A administração pretende concluir o <i>software</i> e usá-lo ou vendê-lo.• O <i>software</i> pode ser vendido ou usado.• Pode-se demonstrar que é provável que o <i>software</i> gerará benefícios econômicos futuros. <p>• Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o <i>software</i>.</p> <p>• O custo atribuído ao <i>software</i> durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.</p> <p>Os gastos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de <i>software</i>, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de <i>softwares</i> e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do <i>software</i>.</p> <p>Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.</p> <p>Os custos de desenvolvimento de <i>softwares</i> reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.</p>	(c) Risco de crédito O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. A área de Análise de Crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas de acordo com os limites predefinidos. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. <p>O perfil de recebíveis do período de 2023 é composto, referente à venda para o mercado doméstico, de 80% para a Controladora e 56% para o Consolidado e, para o mercado externo, de 20% para a Controladora e 44% para o Consolidado.</p> <p>Considera-se baixo o risco da carteira de recebíveis de operações de exportação devido ao volume de vendas <i>intercompany</i>, que representa 63% das vendas para o mercado externo na Controladora e 89% no Consolidado. Em relação ao mercado interno, a maioria das operações são referentes a venda para terceiros, representando 98% do total para a Controladora e 89% do total para o Consolidado. Aproximadamente 76% destas vendas na Controladora e 71% no Consolidado são referentes a comercialização de metal e 9% na Controladora e 11% no Consolidado, relativos à comercialização de alumina. Todos os clientes terceiros são devidamente avaliados/monitorados pela área de crédito a fim de garantir a qualidade do contas a receber, evitando novas provisões para devedores duvidosos.</p>										
2.10. Imobilizado <p>Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Tal custo inclui todos os gastos necessários à formação do ativo imobilizado, o qual pode conter eventuais encargos de natureza financeira necessários para viabilizar a aquisição dos ativos.</p> <p>Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.</p> <p>A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:</p> <table border="1"><thead><tr><th>Anos</th><th></th></tr></thead><tbody><tr><td>3 a 68</td><td>Edificações e benfeitorias</td></tr><tr><td>2 a 40</td><td>Equipamentos e instalações</td></tr><tr><td>2 a 40</td><td>Veículos</td></tr><tr><td>4 a 40</td><td>Móveis e utensílios</td></tr></tbody></table> <p>Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, caso seja apropriado, ao final de cada exercício.</p>	Anos		3 a 68	Edificações e benfeitorias	2 a 40	Equipamentos e instalações	2 a 40	Veículos	4 a 40	Móveis e utensílios	(d) Receita financeira A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (<i>impairment</i>) é identificada em relação a um conta a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao conta a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do conta a receber.
Anos											
3 a 68	Edificações e benfeitorias										
2 a 40	Equipamentos e instalações										
2 a 40	Veículos										
4 a 40	Móveis e utensílios										
2.11. Imobilizado <p>Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Tal custo inclui todos os gastos necessários à formação do ativo imobilizado, o qual pode conter eventuais encargos de natureza financeira necessários para viabilizar a aquisição dos ativos.</p> <p>Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.</p> <p>A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:</p> <table border="1"><thead><tr><th>Anos</th><th></th></tr></thead><tbody><tr><td>3 a 68</td><td>Edificações e benfeitorias</td></tr><tr><td>2 a 40</td><td>Equipamentos e instalações</td></tr><tr><td>2 a 40</td><td>Veículos</td></tr><tr><td>4 a 40</td><td>Móveis e utensílios</td></tr></tbody></table> <p>Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, caso seja apropriado, ao final de cada exercício.</p>	Anos		3 a 68	Edificações e benfeitorias	2 a 40	Equipamentos e instalações	2 a 40	Veículos	4 a 40	Móveis e utensílios	2.18. Arrendamentos Para a adoção do CPC 06 (R2) - "Arrendamentos", a Companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para o prazo dos seus contratos. As taxas utilizadas no cálculo variaram de acordo com cada prazo e natureza de cada contrato por possuírem taxas de captação distintas.
Anos											
3 a 68	Edificações e benfeitorias										
2 a 40	Equipamentos e instalações										
2 a 40	Veículos										
4 a 40	Móveis e utensílios										
2.12. Contas a pagar aos fornecedores <p>As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos dos fornecedores e mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar o pagamento <i>for devido</i> no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. A Companhia não realiza operações de risco sacado.</p> <p>Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.</p>	2.19. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, quando aplicável, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral. <p>O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado como redutor da despesa corrente com imposto de renda e contribuição social.</p>										
2.13. Provisões <p>As provisões para restauração e reabilitação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (<i>constructive obligation</i>) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.</p> <p>Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquida-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.</p> <p>As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.</p>	2.20. Consórcio Alumar ("Alumar") Conforme Nota 13, a Companhia é membro do Consórcio Alumar do qual detém uma participação proporcional em determinados ativos e passivos, bem como na produção de alumina e alumínio. Portanto, a contabilização das participações da Companhia no consórcio incorpora as contas de ativo, passivo e resultado, proporcionalmente à respectiva participação detida no empreendimento e os respectivos custos de aquisição, conforme estipulados nos contratos.										
2.14. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido <p>As despesas de imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos corrente e diferido.</p> <p>Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.</p> <p>O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se remanecer o reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto vigentes na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.</p> <p>O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que o lucro tributável futuro esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço sempre que relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.</p> <p>A Companhia e sua controlada AWA Brasil, gozam de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na comercialização de produtos produzidos nas unidades do Maranhão e, especificamente no que diz respeito à AWA Brasil, também na unidade de Juruti, os quais são condicionados à constituição de reserva de incentivo fiscal por montante equivalente. Esses incentivos foram concedidos pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e consistem na redução do imposto de renda sobre resultados apurados no período de, individualmente, até o ano base de 2027 e, no caso da mina de bauxita de Juruti, ativo integrante da AWA Brasil, até 2026. Em 2018, a Companhia obteve a extensão do prazo de usufruir do incentivo fiscal da unidade produtora de alumina no Maranhão, de 2022 para 2027, em decorrência de investimentos realizados em projetos de expansão na fábrica.</p>	3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. <p>Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, são:</p> <p>a) Provisões para contingências e avaliação de processos tributários; A Companhia mantém o registro das provisões referentes às causas com probabilidade de perda considerada provável, com base em avaliação interna e externa dos assessores jurídicos. Contudo, a determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pela Companhia, como mudanças na jurisdição e alterações nas leis e regulamentos. Um resumo sobre esses processos em discussão e seus efeitos potenciais, está apresentado na nota explicativa 21.</p> <p>b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos; Os ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos incluem um saldo de R\$ 1.619.850 na Controladora e R\$2.305.801 no Consolidado relacionado a provisões não dedutíveis e ao prejuízo fiscal gerado. A Companhia entende que o ativo fiscal diferido é recuperável considerando as projeções de lucro tributável futuro estimado com base nos planos de negócios aprovados. A estimativa é que a Companhia volte a gerar lucro tributável nos próximos anos.</p> <p>c) Impacto de <i>impairment</i> nos investimentos, no ativo imobilizado e nos créditos fiscais a localizar; A Companhia realiza uma análise de <i>impairment</i> dos seus ativos imobilizados, tanto para a localidade de Poços de Caldas, quanto para o consórcio Alumar (Avaliando os impactos para o "share" da Alcoa), utilizando taxas de desconto, curvas de preço futuras e outras premissas de mercado. A Companhia aplica julgamento profissional para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do <i>impairment</i>, com base no histórico, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.</p> <p>No tocante à compensação dos créditos fiscais, a Administração elabora um plano de recuperabilidade que considera o histórico de realizações, o plano operacional das atividades e projeções de precificação futura da alumina e alumínio, flutuações de moeda e condições de mercado, estimados no modelo de recuperabilidade dos impostos diferidos conforme premissas elaboradas pela administração e dados externos de mercado.</p> <p>Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em coligadas e, em inclui o <i>goodwill</i> identificado na aquisição, líquido de qualquer perda acumulada por <i>impairment</i>. A Companhia elabora uma análise de <i>impairment</i> a fim de identificar possíveis gatilhos de <i>impairment</i> em seus investimentos ao final de cada exercício.</p>										
2.15. Benefícios a empregados <p>(a) Obrigações de aposentadoria A Companhia patrocina um plano de pensão de contribuição definida para seus funcionários, e realiza os pagamentos de contribuições a planos de pensão de administração pública ou privada em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.</p> <p>Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade terceira e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o plano no período corrente e anterior.</p> <p>O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros consistentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.</p> <p>Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem.</p>	d) Provisão para restauração e reabilitação ambiental; O cálculo da provisão para restauração e reabilitação ambiental leva em consideração diversas premissas com alto grau de julgamento para cada área de resíduo que deve ser reabilitada ao final de sua vida útil. Quaisquer mudanças nessas premissas utilizadas podem implicar na alteração do resultado do fluxo de caixa descontado e, consequentemente, na valorização ou desvalorização desses ativos. <p>e) Revisão de vida útil do ativo imobilizado; As vidas úteis são inicialmente mensuradas no momento da capitalização dos ativos imobilizados conforme análises técnicas que levam em consideração a especificidade de cada ativo. A Companhia realiza revisões da vida útil de seu ativo imobilizado anualmente e realiza os ajustes necessários, caso aplicável.</p>										
2.16. Capital social <p>As ações da Companhia são classificadas em ações ordinárias e ações preferenciais. As ações ordinárias são classificadas em ações ordinárias com direito de voto e ações ordinárias sem direito de voto. As ações preferenciais são classificadas em ações preferenciais com direito de voto e ações preferenciais sem direito de voto. As ações preferenciais com direito de voto são classificadas em ações preferenciais com direito de voto e ações preferenciais sem direito de voto. As ações preferenciais sem direito de voto são classificadas em ações preferenciais sem direito de voto.</p>	f) Ajuste a valor presente do PIS e Cofins e ICMS sobre ativo imobilizado; A Companhia realiza o cálculo do ajuste a valor presente do PIS e Cofins e ICMS sobre ativo imobilizado (CIAF) levando em consideração: <ol style="list-style-type: none">1. Fluxos de capitalizações e consequentemente adições de crédito que possam movimentar o cálculo do montante registrado;2. o valor do dinheiro no tempo, representado pela taxa sobre ativos monetários livres de risco;3. a expectativa de realização do ajuste, considerando para PIS e Cofins 1/48 anos e/ou o período de depreciação dos ativos e para ICMS 1/48 anos;										
2.17. Desreconhecimento de ativos financeiros <p>Os instrumentos financeiros derivativos que, embora contratados com objetivo de proteção, não atendem a todos os critérios para aplicação de contabilização de <i>hedge</i> e são reconhecidos pelo valor justo no resultado do exercício.</p> <p>Instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. O valor justo é o valor no qual um ativo pode ser realizado e um passivo liquidado, entre partes conhecedoras das características daquelas instrumentos financeiros e dispostas a negociá-los, em condições normais de mercado. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos pode ser obtido a partir de cotações de mercado ou a partir de modelos de precificação que consideram as taxas correntes de mercado, e também, a qualidade de crédito da contraparte.</p> <p>Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros derivativos são remensurados pelo seu valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações no valor justo do instrumento financeiro derivativo são reconhecidas no resultado do exercício, exceto quando estes são instrumentos de <i>hedge</i> de fluxo de caixa ou <i>hedge</i> de investimento líquido, em que as parcelas dos ganhos ou das perdas no instrumento de <i>hedge</i> que for determinado como <i>hedge</i> efetivo, são reconhecidas no resultado do abrangente. O instrumento designado de <i>hedge</i> é o elemento efetivo à vista do contrato a termo, em que somente a alteração no valor do elemento à vista do contrato a termo é reconhecida no resultado abrangente. O elemento a termo, que pode ser separado e excluído da designação do instrumento financeiro como instrumento de <i>hedge</i> é reconhecido no resultado financeiro, de acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros.</p> <p>O <i>hedge</i> de fluxo de caixa é aplicável para proteger a exposição dos fluxos de caixa de um ativo ou passivo registrado do risco de moeda estrangeira e de oscilações de preços em commodities, associadas a uma transação de realização altamente provável, a parcela efetiva de qualquer resultado (ganho ou perda) com o instrumento financeiro derivativo é reconhecida diretamente no resultado abrangente (reservas de <i>hedge</i> de fluxo de caixa) e deve ser reclassificada da reserva de <i>hedge</i> de fluxo de caixa para a mesma rubrica e no mesmo período os quais os fluxos de caixa futuros esperados protegidos impactaram. A parcela inefetiva de qualquer ganho ou perda é reconhecida imediatamente na demonstração de resultados do exercício no resultado financeiro.</p> <p>Quando um instrumento de <i>h</i></p>											

ALCOA ALUMÍNIO S.A. - CNPJ: 23.637.697/0001-01

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

proporcionais ao valor anual reajustado pelo IGP-M (calculado pela Fundação Getúlio Vargas) tendo base inicial para o reajuste o mês de junho de 2020 (mês anterior à data do leilão) comparado ao IGP-M do mês anterior à entrada em operação. Conforme celebração do 4º Aditivo ao Contrato de Concessão nº 094/2002 junto à ANEEL, a cláusula de reajuste da UBP passou a ser calculada através de dois índices a partir de novembro de 2012, sendo: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (parcela de energia elétrica comercializada por Estreito S.A., ACR e Índice Geral de Preços do Mercado) e IGP-M sobre a parcela de energia elétrica comercializada no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"). O referido termo aditivo foi assinado em 12 de novembro de 2012.

O índice de variação de 12 meses do IGP-M acumulado até dezembro de 2023 foi de 4.62% (5,79% em 2022) e o índice do IGP-M foi de -3,18% (5,45% em 2022). A base de atualização da UBP ocorre em abril de cada ano.

(iii) Trata-se das indenizações a pagar devido aos impactos socioambientais decorrentes da implantação da mina de Juruti.

23. Instrumentos Financeiros Derivativos
Os derivativos são usados apenas para fins econômicos de hedge e não para fins especulativos. Os derivativos são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um derivativo de hedge é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for superior a 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de Instrumentos Financeiros era composto por contratos de compra de moeda Real na modalidade "NDF" (NDF - Non Deliverable Forward - BRL a termo).

Tais instrumentos financeiros têm o objetivo de cobrir parte da exposição da receita em dólar da Companhia (proveniente das suas exportações), uma vez que majoritariamente os seus custos operacionais e dispêndios de capital são denominados em moeda local (Reais). Dessa forma estes instrumentos financeiros foram classificados e registrados como Hedge de Fluxo de Caixa (Cash Flow Hedge).

	Controladora	Consolidado
Ativo circulante	45.964	101.492
Ativo não circulante	13.101	9.024
Passivo não circulante	–	(65)
	59.065	110.451

As transações previstas são altamente prováveis, protegidas por hedge, mantidas em moeda estrangeira e devem ocorrer em diversas datas durante os próximos 12 meses. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos como reserva de hedge no patrimônio líquido (Nota 25). Em 31 de dezembro de 2023, ganhos e perdas realizadas, são reconhecidos na demonstração do resultado no período.

As operações cambiais a termo são denominadas na mesma moeda que as transações previstas, suas alturas não prováveis e, portanto, o índice de hedge é de aproximadamente 1:1. Considerando as mudanças no valor à vista descontado dos instrumentos de hedge em aberto desde 1º de janeiro e o valor do item protegido usado para determinar a efetividade do hedge, à taxa média ponderada protegida no ano foi US\$ 0,99: R\$ 1 (2022 - US\$ 0,99: R\$ 1).

24. Provisão para restauração e reabilitação ambiental
O saldo registrado na rubrica de provisão para restauração ambiental refere-se a valores provisionados pela Companhia para futuros gastos para restaurar/recuperar as áreas mineradas, áreas de disposição de rejeitos, áreas de descarte de resíduo de processos produtivos, entre outros ativos em que a Companhia possui a obrigação legal de remoção do ativo (asset retirement obligation) e restauração ambiental. O montante de provisão para restauração ambiental é de R\$ 583.658 (2022 - R\$ 555.936) Controladora e R\$ 1.005.886 (2022 - R\$ 819.121) Consolidado. Em 2023 a variação mais significativa na provisão foi relacionada ao complemento da provisão para a restauração ambiental das áreas de resíduos utilizadas para disposição de rejeitos no processo de produção de alumina na unidade de São Luís (Alumar), sendo R\$ 143 milhões (consolidado) referente ao complemento de áreas de resíduos já existente devido à atualização das cotações de preços de obras e custos históricos e R\$ 89 milhões (consolidado) referente à nova área de resíduos 9 construída. O complemento da provisão para as áreas já existentes foi efetuado em 2023 de acordo com o avanço dos estudos técnicos, o que possibilita a administração ter uma melhor estimativa dos gastos a incorrer para remediações futuras. O consumo da provisão está relacionado à conclusão parcial de etapas das fases de restauração ambiental de áreas de resíduos que já chegaram ao final de sua vida útil.

	Controladora	Consolidado
Saldo inicial	555.936	307.424
Adição de provisões	115.229	345.152
Acrescimento a valor presente	17.955	4.571
Gastos com remediação	(105.102)	(101.211)
Total da Provisão	583.658	555.936
Circulante	160.766	129.559
Não circulante	422.892	426.377

25. Patrimônio líquido
25.a. Capital social
O capital social, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, é composto de ações sem valor nominal, conforme abaixo:

	Quantidade de ações		Total
	Ordinárias	Preferenciais	
País	428	6.051	6.479
Exterior	19.356.544	724	19.357.268
	19.356.972	6.775	19.363.747

A Companhia é controlada pela Alcoa Nederland Holding BV (Sede na Holanda) que possui 99,96% do capital social da Alcoa Alumínio S.A. e uma subsidiária integral da Alcoa Corp.

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas de acordo com o Estatuto Social da Companhia possuem direitos de preferência na distribuição de dividendos e prioridade no reembolso de capital, observando-se os requerimentos da Lei das Sociedades por Ações. Durante o ano de 2023 e 2022 não foram realizados aportes de capital pelos controladores.

Após a incorporação da Grupiera e aquisição de participação adicional na AWA Brasil, conforme mencionado na nota 12, a Companhia passou a ter 297.919.262.262 quotas da Alcoa World Alumina Brasil Ltda., representando 58,008% de participação na Empresa.

Para 2023, uma vez que a Companhia aprovou prejuízo, as reservas foram absorvidas mediante a utilização de lucros acumulados, reservas de lucros e reserva legal, nesta ordem, conforme artigo 189, parágrafo único da Lei das S.A.

25.b. Dividendos
Conforme Assembleia Geral Ordinária em 2022, a Companhia decidiu por não distribuir os dividendos obrigatórios propostos de R\$254.316. Em 2023, devido aos prejuízos do exercício, não houve a distribuição de dividendos.

Nas empresas controladas:
Companhia Geral de Minas: No encerramento do exercício de 2023 foram propostos R\$1.272 a título de dividendos mínimos obrigatórios e foram revertidos os dividendos propostos em 2022 no valor de R\$1.540.

Estreito Energia S.A.: Em 2022, o conselho de administração da companhia deliberou pelo não pagamento dos dividendos adicionais que haviam sido propostos no encerramento das demonstrações financeiras de 2021 no valor de R\$53.886 (decisão registrada em ata de Assembleia Geral Ordinária de 29 de abril de 2022) no qual foi reincorporado a Reserva para Reinvestimentos de 2022. Em 31 de dezembro de 2023, o valor definido pela administração da Companhia a ser distribuído de dividendos é de R\$202,2 (valor definido pela administração da Companhia e sua controlada, a Grupiera Participações S.A.). Em 2023 a Grupiera foi incorporada integralmente pela Companhia conforme nota 12.b e os dividendos propostos em 2022 no valor de R\$ 5.332 foram revertidos. Em 2022 houve distribuição de dividendos no valor total de R\$ 31.690.

Novo Horizonte Desenvolvimento Imobiliário Ltda.: Em virtude do prejuízo em 2023 não houve constituição de dividendos e foram distribuídos os dividendos propostos em 2022 no valor de R\$ 50.

25.c. Reserva legal
A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social.
A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Em 2023, a Companhia não realizou constituição de reserva legal devido ao prejuízo do exercício. Em 2022, a Companhia realizou a absorção da reserva legal com o prejuízo do exercício, conforme definido na Lei 6.404.

25.d. Reserva para incentivos fiscais
Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (emendado pela Lei nº 11.639/2007), essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais, descritos na Nota 25 (e), reconhecidos no resultado do exercício e a ela destinados a partir da conta "Lucros acumulados". Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório. No ano de 2022 foi constituída a reserva no valor de R\$ 167. Em 2023, a Companhia realizou a absorção da reserva para incentivos fiscais com o prejuízo do exercício, conforme definido na Lei 6.404.

25.e. Juros sobre o capital próprio
A Companhia tem a opção legal de atribuir aos acionistas juros calculados com base na Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP) sobre o patrimônio líquido que, dedutíveis para fins tributários, podem ser imputados aos dividendos obrigatórios quando distribuídos.

Os juros calculados são alocados, quando aplicável, diretamente ao patrimônio líquido, e para fins fiscais tratados como despesa financeira, reduzindo a base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

25.f. Reserva de lucro para investimentos
Em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2009, a administração, nos termos do artigo 194 da Lei nº 6.404/76, criou a reserva estatutária para investimento.

A reserva de lucros para investimentos refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a qual tem por finalidade atender as necessidades e destinações futuras da Companhia, a ser deliberada na Assembleia Geral dos Acionistas, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. Em 2023 houve absorção da reserva para investimentos no valor de R\$500.561 (R\$ 517.720 em 2022), conforme definido na Lei 6.404.

Quando houver saldo sua destinação suportará:
(a) investimento nos projetos de exploração de aproveitamento hidroelétrico nos quais a Companhia tem participação;
(b) novas oportunidades de negócios relacionados à geração de energia elétrica;
(c) futuras iniciativas de investimentos da Companhia, as quais serão objeto de deliberação em Assembleia.

(d) adicionalmente, essa reserva pode ser realizada para a distribuição de dividendos.

25.g. Instrumentos financeiros derivativos
Os derivativos são usados apenas para fins econômicos de hedge e não para fins especulativos.

Tais instrumentos financeiros têm o objetivo de cobrir parte da exposição da receita em dólar estadunidense da Companhia (proveniente de suas exportações), uma vez que majoritariamente os seus custos operacionais e dispêndios de capital são denominados em moeda local (Reais) (Nota 23).

26. Imposto de renda e contribuição social
(a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora	Consolidado
Provisões temporariamente não dedutíveis	217.814	209.291
Diferenças resultantes da adoção dos padrões internacionais de contabilidade	(43.131)	(7.890)
Outras diferenças temporariamente dedutíveis	(4.808)	(4.958)
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	1.449.775	947.433
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	1.619.850	1.143.876

(b) Período estimado de realização
Os valores dos ativos diferidos líquidos dos passivos fiscais diferidos apresentam as seguintes expectativas de realização:

	Controladora	Consolidado
2024	(52.897)	(149.504)
2025 a 2026	95.869	(17.215)
2027 a 2028	140.444	152.950
2029 a 2030	202.309	237.917
2031 a 2032	319.845	388.940
2033 a 2034	419.929	537.110
2035 a 2036	496.113	682.156
2037 a 2040	75.244	473.447
	1.619.850	2.305.801

A estimativa de realização dos impostos diferidos ativos encontra-se respaldada pelo plano de negócios da Companhia, o qual pode conter informações sobre eventos futuros sujeitos a incertezas e fatores que fogem do seu controle, tais como cotação do preço do metal na bolsa de valores (London Metal Exchange (LME)), flutuações de moeda e condições de mercado. Os fatores ora mencionados poderão diferir das premissas adotadas pela administração na elaboração do seu plano de negócios, podendo resultar em diferenças materiais quando comparados aos montantes aqui apresentados.

Outra consideração é a limitação sobre a compensação dos prejuízos fiscais até o máximo de 30% do lucro tributável de exercícios subsequentes, que amplia consideravelmente o total dos resultados tributáveis necessários para extinguir os prejuízos acumulados.

Ainda sobre esse tópico, cabe ressaltar que embora a legislação vigente tenha determinado que os prejuízos fiscais só possam ser compensados até o limite de 30% do lucro tributável, esta o fez de modo a assegurar sua utilização a qualquer tempo, permitindo, assim, que o saldo passível de compensação possa ser conservado pelo contribuinte por prazo indeterminado.

Por fim, não há uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e as bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A administração da Companhia possui planos operacionais que garantem a realização da totalidade dos ativos fiscais diferidos de longo prazo.

(c) Movimentação líquida do imposto de renda diferido

	Controladora	Consolidado
Em 1º de janeiro	1.143.876	837.092
Aumento do imposto diferido	475.974	306.784
Em 31 de dezembro	1.619.850	1.143.876

(d) Reconciliação do benefício de imposto de renda e da contribuição social

	Controladora	Consolidado
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.570.405)	(886.583)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34	34
Imposto de renda e contribuição social a ser recolhido	533.938	301.438
Benefício Fiscal de Redução de IRPJ (ii)	–	–
Reintegro (Créditos sobre receitas de exportação)	319	351
Ajuste entidades tributadas pelo lucro presumido	–	(4.281)
Participações em sociedades controladas e coligadas	(71.575)	50.823
Juros sobre indébito tributário (ICMS BC PIS/COFINS)	2.740	2.406
Ajuste conforme perspectiva de realização (iii)	–	32.971
Outros (i)	(4.009)	3.811
Benefício de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	461.412	358.829
Corrente	(25)	(1.125)
Outros ajustes aos saldos de IRPJ e CSLL	(3.712)	3.891
Diferido	461.412	358.829

(i) Valores referentes às multas, contribuições e doações não dedutíveis, extensão da licença maternidade e ajuste de períodos anteriores.

(ii) A Companhia e suas investidas AWA Brasil e Estreito Energia S/A gozam de incentivos fiscais sobre o resultado auferido na comercialização de produtos oriundos das unidades localizadas nas regiões norte e nordeste do país. Tais incentivos foram concedidos pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e consistem na redução de 75% de imposto de renda sobre resultados apurados nas unidades individualmente, por um período de dez anos. As subvenções e assistências governamentais são registradas contabilmente contra a demonstração do resultado e condicionadas à constituição de reserva de incentivos fiscais.

(iii) Em 2022, a geração projetada de lucro tributável em períodos futuros revelava que nas condições de mercado atuais a Companhia consumiria os prejuízos fiscais acumulados até 2035, sendo grande parte consumido após o período do benefício fiscal (2027). Desta forma, o valor do imposto diferido foi ajustado de R\$ 172.611.

Em 2023, esta projeção foi atualizada em função de mudanças nas premissas macroeconômicas utilizadas no Plano de Negócios da Companhia, e revelou que nas condições de mercado atuais a Companhia consumiria os prejuízos fiscais acumulados em um período mais prolongado (até 2040), sendo os prejuízos fiscais acumulados consumidos em sua integralidade após o período do benefício (2027). Desta forma, o valor do imposto diferido foi ajustado em R\$ 32.971.

(e) Revisão das autoridades fiscais
As declarações de imposto de renda das pessoas jurídicas estão sujeitas à revisão por um período de cinco exercícios. Outros impostos, contribuições e encargos de natureza fiscal e previdenciária estão, também, sujeitos à revisão por diferentes períodos prescritoriais.

(f) Incerteza sobre o tratamento de IRPJ e CSLL
A Companhia possui discussões com a Receita Federal apresentadas a seguir, cuja análise atual de prognóstico, com base em avaliação interna e externa dos assessores jurídicos, é de que elas serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância (probabilidade de aceitar mais que 50%), por esse motivo, não registrou qualquer passivo de IRPJ/CSLL em relação a essas ações.

IRPJ/CSLL - questionamento acerca da dedutibilidade de amortização de ativo nos exercícios de 2007, 2008 e 2009 oriundo de reorganização societária ocorrida em 2003 autuada em 2013.

IRPJ/CSLL - discussão acerca da legalidade da glosa de despesa efetuada com o pagamento de juros sobre capital próprio no ano de 2007.

27. Receitas

	Controladora	Consolidado		
2023	2022	2023	2022	
Receita bruta de vendas	3.801.525	2.836.537	4.311.203	2.844.073
Mercado interno	969.425	997.907	3.430.204	1.426.920
Mercado externo	(667.215)	(436.271)	(688.819)	(388.889)
Impostos e deduções sobre vendas	4.113.735	3.398.173	7.052.588	3.882.104

(i) O aumento da receita do consolidado é devido à aquisição de controle na AWA Brasil ocorrida em 2022, consolidando assim o lucro de 12 meses em 2023.

28. Custos e despesas por natureza

	Controladora	Consolidado		
2023	2022	2023	2022	
Matérias-primas e materiais de consumo	1.624.846	1.191.013	3.110.448	1.426.563
Custo de energia elétrica (i)	583.314	222.712	698.622	230.812
Outros custos de produção (ii)	153.032	205.834	784.061	233.436
Despesa de benefícios a empregados	NE 31	285.123	230.012	493.365
Encargos de depreciação e amortização	NE 13 e 14	159.107	142.896	657.293
Custos com frete	127.606	78.940	138.383	79.999
Despesa com compensação financeira por exploração mineral (CFEM) (iv)	–	–	44.470	8.298
Outras despesas operacionais	117.565	104.536	253.419	140.161
Despesa com serviços	38.067	36.037	54.205	38.954
Despesas com provisão para contingências (v)	NE 21	35.570	14.125	57.346
Despesas comerciais	7.665	12.651	11.907	13.938
Despesas com arrendamentos operacionais	23.143	28.062	41.980	32.565
Custo de ociosidade (i)	476.725	552.649	476.725	552.649
Custo da energia vendida	525.192	401.694	525.192	401.694
Custo de revenda (metal importado)	934.120	978.931	934.120	978.931
Outros custos e despesas	554.933	257.430	552.823	428.748
Custo total das vendas, distribuição e despesas	5.256.008	4.457.142	8.840.349	5.093.122
Custo das vendas	5.057.141	4.289.793	8.419.002	4.878.324
Despesas gerais e administrativas	191.202	154.698	409.440	201.351
Despesas com vendas	7.665	12.651	11.907	13.447
	5.256.008	4.457.142	8.840.349	5.093.122

(i) Os valores alocados na rubrica de ociosidade são relativos ao percentual de produção inferior à sua capacidade instalada, para as unidades da São Luís e de Poços de Caldas.

Após decisão da administração em 2021, em 2022 iniciaram as atividades de produção de alumínio (smelter) em São Luís do Maranhão, a qual está passando pelos investimentos necessários para atingir plena capacidade até o final de 2024.

(ii) O aumento do custo de energia é devido ao maior consumo no smelter.

(iii) A variação nos saldos do consolidado é referente a aquisição de 100% do capital social da Grupiera Participações S.A. em 1º de janeiro de 2022, a qual resultou na consolidação dos saldos da investida AWA Brasil do período de Novembro de 2021 até o final de 2022.

(iv) Trata-se da compensação financeira pela exploração mineral (CFEM) sobre o custo agregado de lavra, beneficiamento e todos os custos e despesas para a entrega da bauxita úmida (beneficiada) no Porto de Juruti - PA da controlada AWA Brasil.

Em 2023 foi registrada a provisão relacionada ao processo do ICMS DIFAL, conforme detalhado na nota 21.c.

29. Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas
As outras (despesas) receitas operacionais, líquidas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 estão representadas como segue:

	Controladora	Consolidado		
2023	2022	2023	2022	
Pesquisa e desenvolvimento	(7.141)	(6.124)	(17.466)	(10.607)
Despesas e provisões com reestruturação	(797)	(9.211)	(797)	31.620
Impairment ICMS (i)	–	116.178	–	116.178
Perda na alienação da MRN (ii)	–	(80.459)	–	(80.459)
Ganho ou perda na venda de ativos	(76)	(380)	425	(367)
Outras receitas (despesas), líquidas	5.495	(6.656)	3.332	(7.274)
	(2.519)	53.370	(14.506)	49.091

(i) A retomada da produção de alumínio na unidade de São Luís trouxe novos elementos frente a eventual realização dos créditos tributários acumulados de ICMS no Estado do Maranhão. Em junho de 2022, a partir do início do faturamento de venda de alumínio no mercado doméstico, a Companhia reverteu integralmente o ajuste a valor recuperável (impairment) dos créditos acumulados de ICMS no valor de R\$ 245.913, sendo deste, R\$ 116.178 registrado na rubrica de Outras Receitas Operacionais referente ao ajuste de impairment inicial registrado em dezembro de 2018, e R\$ 129.735 registrado em contrapartida ao custo da alumina vendida referentes aos ajustes de 2019 em diante (vide Nota Explicativa 09 -

Créditos Fiscais a Compensar).

(ii) Venda da participação da Companhia na Mineração Rio do Norte S.A. ("MRN"), conforme detalhado na Nota Explicativa 11 (b) - Investimentos em controladas e coligadas. Para fins de consolidação, não se considera o impacto da venda da MRN na AWA Brasil, uma vez que a transação ocorreu em junho de 2022.

30. Resultado financeiro

	Controladora	Consolidado		
2023	2022	2023	2022	
Receitas financeiras	14.248	10.263	28.650	19.310
Juros sobre aplicações financeiras	299	217	299	217
Receita de juros sobre valores a receber	40.355	77.283	116.907	104.984
Ajuste a valor presente	8.059	7.076	8.059	17.602
Atualização de créditos tributários (i)	2.206	1.804	4.170	1.983
Outras receitas financeiras	65.167	96.643	158.085	144.096

Despesas financeiras
Juros sobre multas com partes relacionadas (ii) (337.450) (47.329) (421.513) (50.735)
Ajuste a valor presente (70.746) (82.751) (127.276) (155.348)
Cessão de recebíveis (Nota 2.7) (3.056) – (3.826) –
Outras despesas financeiras (14.035) (10.565) (19.700) (12.591)
(426.057) (140.645) (572.315) (218.674)

Variáveis cambiais, líquidas
Aplicações financeiras em moeda estrangeira 144.763 5.790 147.769 2.841
Saldos de contas a pagar e receber, terceiros (líquida) 11.019 7.585 (12.261) (165)
Outros 10 163 10 263
155.792 13.538 135.518 2.739

(i) O saldo de juros para controladora e consolidado, refere-se à atualização de créditos tributários, conforme descrito na nota 9 Créditos fiscais a compensar. Em 2022, o saldo do consolidado é composto, adicionalmente, pelo montante de R\$ 10.526 referente à atualização de créditos tributários restituídos pela AWA Brasil relacionado ao mandato de segurança que objetivou a análise imediata dos pedidos de restituição dos créditos de PIS e de COFINS proporcionais às exportações dos anos de 2012 e 2013, e que estavam pendentes de análise ou deferimento da Receita Federal há mais de um ano.

MANTIQUEIRA EDICAO DIGITAL 29 03 2024 ALCOA ALUMINIO S A RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO pdf

Código do documento e9f15cf2-485d-4a29-aa97-ac77497c14f0



Assinaturas



EMPRESA JORNALISTICA POCOS DE CALDAS LIMITADA:18176958000101
Certificado Digital
anuncio@mantiqueira.inf.br
Assinou

Eventos do documento

29 Mar 2024, 07:59:50

Documento e9f15cf2-485d-4a29-aa97-ac77497c14f0 **criado** por JOSÉ VICENTE ALVES (ca49e68d-46f3-4834-93a7-ce5b731a8f9c). Email:anuncio@mantiqueira.inf.br. - DATE_ATOM: 2024-03-29T07:59:50-03:00

29 Mar 2024, 08:00:33

Assinaturas **iniciadas** por JOSÉ VICENTE ALVES (ca49e68d-46f3-4834-93a7-ce5b731a8f9c). Email: anuncio@mantiqueira.inf.br. - DATE_ATOM: 2024-03-29T08:00:33-03:00

29 Mar 2024, 08:01:01

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EMPRESA JORNALISTICA POCOS DE CALDAS LIMITADA:18176958000101 **Assinou** Email: anuncio@mantiqueira.inf.br. IP: 187.87.121.25 (187-87-121-25.as28220.net porta: 13506). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC CONSULTI BRASIL RFB,OU=A1,CN=EMPRESA JORNALISTICA POCOS DE CALDAS LIMITADA:18176958000101. - DATE_ATOM: 2024-03-29T08:01:01-03:00

Hash do documento original

(SHA256):a2255a0f7fe9e075c11acfe2bae418c6916835d7b81a5e7c3300aee94c4fb2a0
(SHA512):f1cfc0591af8b9f29170dabd064cdc5caa13c5081cd8f12bb0f7b60d98e1eed9ae1dab2534411a0f64bff7e45ffb993959fa8ee7bd4465666dedf7c3b9293c35

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign